



Práticas educativas entre a Escola e a Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB: educação, saúde, meio ambiente e arte

Ivanyr Nayara Mascena Veras¹, Bruno Eduardo Tavares de Lima², Danila Paula Nunes da Silva³, Daniela Mota Dias⁴, Jorge Luís Marques Pordeus⁵, Maysa Nobre Menandro⁶, Ana Livia Alves de França⁷, Adriana Cassimiro de Oliveira⁸, Kamilla Kevia da Silva Galvão⁹, Luciano Cavalcanti Dias Filho¹⁰, Dayanne Fernandes Farias¹¹, Ana Luiza da Silva Lima¹² Marcilânia Gomes Alcântara Figueiredo, Luan Gomes dos Santos de Oliveira¹³
luan.gomes@professor.ufcg.edu.br

Resumo:

O projeto foi realizado por meio da partilha do círculo de diálogo entre saberes, pautados na relação entre saúde, meio ambiente, arte e práticas educativas. Ele se destina como uma proposta a ser construída por vivências coletivas, ou seja, baseadas na vida cotidiana dos discentes que compõem a Comunidade Cigana Calon de Sousa/PB; Escola M. E. F Irmã Iraides Holanda Lavor, localizada entre os ranchos que formam a Comunidade Cigana, oferece as séries do Ensino Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental I (dos 4 aos 11 anos). É relevante ressaltar que a Escola em questão é constituída em sua maioria por discentes ciganos e ciganas). Isso favorece ao desenvolvimento de ações de extensão entre a Universidade Federal de Campina Grande, a Escola e Comunidade Cigana. A questão chave que nos impulsiona a estabelecer uma relação dialógica entre Universidade-Sociedade, corresponde ao fato de que a realidade contemporânea é marcada por uma cultura do descartável, do desenraizamento histórico, do consumo e da velocidade das relações sociais, perpassadas por um desprezo à educação popular e o crescimento do agronegócio que interfere na saúde da população humana. Sendo assim, tomaremos como itinerário a interseccionalidade entre gênero-raça/etnia (ecofeminismo), saúde (direitos dos/as usuários/as à saúde a partir da Lei Orgânica da Saúde – LOS (8080/90), Política Nacional de Humanização (PNH), Política de Atenção à saúde de crianças e adolescentes) e meio ambiente (ecologia política) mediadas pelas práticas educativas à luz da perspectiva freiriana. Esta proposta configura-se como uma ação extensionista na medida em que toma a relação saúde, educação, arte e meio ambiente como um horizonte de construção de práticas educativas críticas para a formação integral dos indivíduos e instituições abrangidos por esse projeto. Por fim, objetivamos tecer um processo educativo coletivo, capaz de propiciar reflexões pelos/as discentes participantes do projeto de modo que possam se perceber enquanto sujeitos sociais que estão inseridos no cotidiano das realidades, na luta diárias por direitos e políticas públicas que serão discutidas e concretizadas a partir da efetivação do projeto de extensão aqui proposto.

Palavras-chaves: *Comunidade Cigana Calon, Educação e Direitos, Arte, Meio Ambiente.*

1. Introdução

Os problemas do mundo contemporâneo expressam um alto nível de complexidade da realidade social fazendo emergir contextos de ordem histórica, política, cultural, ambiental, gênero, raça/etnia, saúde. Essas particularidades não podem ser compreendidas numa ótica fragmentada. Então, exige-se, dessa maneira, uma atitude que tenha por base a práxis, possibilitando a politização da vida e ideias dos sujeitos históricos, neste caso os discentes da UFCG, os discentes da escola e a Comunidade Cigana Calon.

O Alto Sertão Paraibano inserido nas dinâmicas locais e globais também reflete a necessidade de ações de extensão para formar sujeitos críticos que combatam os problemas ligados à saúde, ao preconceito étnico-racial, à moradia, a convivência com a seca, a igualdade de gênero e a construção de uma consciência que inclua o meio ambiente como direito da humanidade, e arte como um elemento de expressão da existência social dos ciganos e ciganas. Compreendemos que o combate a essas questões se dá justamente a partir do esclarecimento que as pessoas necessitam adquirir durante o seu processo de desenvolvimento, de modo a torná-los sujeitos conscientes e críticos no tocante aos seus direitos e deveres no cenário social. Portanto, este projeto de extensão universitária contempla alguns objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tais como: Saúde e bem-estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Paz, Justiça e Instituições Eficazes e Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Essas problemáticas tem se intensificado na conjuntura vigente, em decorrência do cenário contraditório que tem massacrado a sociedade, marcado pela crise hídrica, pelo investimento no agronegócio, pelo crescente número de violência contra as mulheres, pela biopirataria dos conhecimentos tradicionais, em virtude do aprofundamento das desigualdades sociais enraizadas no modo produção capitalista predatório dos recursos naturais, segregador racial e espacial,

^{1,2,3,4,5,7,8,9,10,11,12} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

¹³ Orientador/Coordenador, <DOCENTE/UACIS/CDSA>, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

privatização da saúde, e desigualdade de gênero. Os avanços no enfrentamento dessas problemáticas é concreto, mas vivemos um retrocesso no mundo inteiro no que diz respeito a garantia de direitos sociais, culturais e humanos. Tais questões afetam de forma prejudicial a Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB, que demanda ações do Poder Público e reconhecimento enquanto Povos Tradicionais, como indígenas e quilombolas. Tais questões afetam a comunidade, que sofre com falta de saneamento básico, distribuição desigual de água para consumo humano e desenvolvimento de atividades. Assim, a necessidade de investimento público nas práticas artísticas, tais como, dança, música, artesanato. Essa demanda ainda carece de políticas públicas que valorizem a cultura cigana.

Tais temáticas estão interligadas ao Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social e de Direito da UFCG, e das Humanidades e Meio Ambiente (Serviço Social, Direito, História, Meio Ambiente), especialmente quando estão associadas as disciplinas de Questão Agrária, Política de Saúde, Geografia, História, Direitos Sociais, Sociologia, Filosofia. Elas se tornam um espaço para a politização, bem como compromisso ético e político para a construção de uma sociedade que rompa com as desigualdades de gênero, de raça/etnia e com a destruição da biodiversidade. O diálogo entre saberes, pautado na relação Universidade-Sociedade será o horizonte de criação de possibilidades neste projeto, que se compromete com uma prática educativa libertadora e emancipatória.

Por isso, defendemos que a relevância deste projeto, em sua expressão social, se dá no fortalecimento da participação dos/as estudantes enquanto sujeitos de direitos, que se engajam politicamente na vida cotidiana, se tornam multiplicadores/as de uma proposta crítica de educação emancipadora que passa pela escola e vai para às ruas. Por compreender que a escola é o espaço da formação de cidadãos/ãs e é um espaço para ensinar a participação na vida em sociedade. A Universidade mantém essa relação de troca de saberes e experiências sociais para formar politicamente um cidadão crítico, capaz de reconhecer-se enquanto protagonista de sua história no contexto das coletividades.

Certa vez, ao escutar sobre o povo Cigano Calon no município de Sousa/PB a curiosidade foi despertada inicialmente por uma motivação de conhecer as narrativas míticas que envolvem a cultura desse povo. No entanto, com a aproximação de leituras no campo da Antropologia de base política e cultural que pesquisa os/as ciganos/as, tendo como matriz política e epistemológica tais autoras latinoamericanas: Cunha (2018), Batista (2018), Goldfarb (2013, 2017, 2018). Elas inauguraram em certa medida no Brasil e no Nordeste do Brasil um campo de pesquisa em torno do modo de existir e de atuar das etnias ciganas. Observou-se que entre as minorias étnicas e os povos chamados tradicionais, o povo cigano ainda é uma das etnias invisibilizada pelo preconceito, que exclui e afeta a sua existência material e simbólica. Ao escutar uma expressão de indignação de uma cigana do povo calon: “Meu povo quer o direito de ir e vir, passar e ficar se desejar”.

Então, como pautar, como identificar as demandas, ações de extensão com a comunidade cigana Calon de Sousa/PB num contexto de lutas por acesso aos direitos a saúde, à educação, a arte e ao meio ambiente?

Assim, essa pergunta, base dessa introdução, parte de categorias analíticas do pensamento antropológico: reivindicações por reconhecimento e redistribuição, identidade/etnicidade e direitos sociais e políticas públicas, conflitos socioambientais, saúde e meio ambiente, incluindo o argumento de que as diferenças são importantes marcadores, não só culturais, mas que instituem desigualdades no campo dos direitos (FRASER, 2007).

A Comunidade Cigana Calon, tema desta extensão universitária, está situada por todo o Nordeste do Brasil. Os lócus da ação extensionista, se volta para os povos ciganos em Sousa/PB, a escola e UFCG, região do sertão paraibano. É nessa cidade, que se encontra uma das maiores partes da população cigana no Brasil. A comunidade é constituída por três grupos que estão situados territorialmente próximos à BR 230, a 3 km do centro do município, na periferia da cidade, próximos ao Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Paraíba/IFPB. Há mais de 30 anos aproximadamente, desde a década de 1980, esses grupos passaram a se sedentarizar no território da cidade e paralelo a isso, nesse território eles tem atuado na construção política e identitária de seu território. O que demanda por parte do poder local e do Estado e da esfera federal, uma responsabilidade de estar em coletivo produzindo políticas públicas com e para os ciganos no âmbito da saúde.

2. Os contextos sociohistóricos da Comunidade Cigana Calon em Sousa/PB

Esta proposta de extensão universitária assume como horizonte extensionista a práxis e a interdisciplinaridade. Os dois campos teórico-práticos que serão base para as ações de extensão são a saúde, a educação, a arte e o meio ambiente, esses situados no contexto da vida social, pelas expressões interseccionais de gênero, raça/etnia, enquanto complexos categoriais do ser social. O que significa que as problemáticas são atravessadas por essa intersecção de gênero-etnia-raça-classe social. Como exemplo, a privatização da saúde no contexto do neoliberalismo afetou principalmente as populações pobres, tradicionais (ciganos), negras e mulheres, que além de rebater no aspecto de classe, repercute na dimensão de etnia e raça, haja visto que os efeitos perversos da privatização da política de saúde recaem sobre os despossuídos das condições materiais de existência. Com a dimensão ambiental ou ecológica, há de perceber que estamos vivendo uma crise em escala planetária, que tem seus reflexos na crise hídrica, no não investimento na agricultura familiar e apoio aos grandes produtores e defensores do agronegócio, além de percebermos a frágil consciência da sociedade em relação às especificidades dos problemas ambientais que acometem o lugar em que vivem, a Terra. Essa tensão entre saúde e meio ambiente tem sido alimentada por um modelo de desenvolvimento e crescimento econômico

que preda a biodiversidade, os seus povos originários e suas sabedorias tradicionais. Vivemos em uma lógica produtivista, descartável, que incentiva o consumo e a mercantilização da vida.

As escolas são instituições que formam os sujeitos e daí a relevância desse projeto ser direcionado a elas, pois contém em sua constituição a diversidade de culturas, de saberes, de etnias, expressões de gênero diversas, tornando-se um espaço fundamental para pensar e elaborar ações para enfrentar os problemas da vida cotidiana na Comunidade Cigana Calon. Na obra *Comunicação e Extensão*, Paulo Freire ao relatar as suas experiências sociais e populares, nos faz pensar a respeito das ruas, como espaços de manifestação da vida e dos saberes dos sujeitos históricos, como também aponta as escolas como espaços de expressão das identidades coletivas e sociais. Tudo isso, para além de uma relação colonial, mas sublinhando a relação horizontal, dialógica entre Universidade e Sociedade.

Assim a prática educativa deve reconhecer a situação concreta e histórica que evidenciam as diversidades culturais, étnico-raciais, igualdade de gênero, geracionais, físicas, sensoriais, intelectuais, artísticas e socioambientais, de modo a assegurar o desenvolvimento de posturas críticas frente à realidade. Urge neste cenário abrir os portões da universidade e sair na direção de outras vivências, saberes, dos quais a universidade vem esquecendo ou relegando a margem, tratando-os de modo não científicos, mas as ciências jurídicas nascem das ruas, e por isso esse projeto problematiza a hierarquização de saberes, e se propõe ao diálogo. Enquanto experiência social de extensão universitária inclui em sua tessitura a complexidade e a interdisciplinaridade, opondo-se a uma compreensão dogmática do direito. Não se compromete com uma explicação só de viés legalista ou normativo, mas os submete a dinâmica da vida social. Tomemos como exemplo a luta pela igualdade de gênero protagonizada historicamente pelas mulheres, lutando por direitos a saúde, por participação política, por igualdade de salários, contribuiu para a entrada dessas lutas na Constituição Cidadã de 1988 no Brasil, com destaque para promoções da Saúde da Mulher, combate a Violência, pela Lei Maria da Penha que proporcionou a implementação de políticas públicas para às mulheres.

Aliado a esse contexto está a problemática socioambiental, em que muitos movimentos sociais estão ambientalizando as suas lutas, como o feminismo, e desse espaço surgiu o ecofeminismo, conforme Shiva (1990) "um novo termo para um conhecimento sábio e antigo", emergiu de vários movimentos sociais do final dos anos setenta e início dos anos oitenta: feminismo, movimento pacifista e movimento ecologista. Embora o termo tenha sido usado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, "só se tornou popular no contexto de muitas atividades e protestos contra a destruição ambiental que começaram na esteira de desastres ecológicos recorrentes. Muitas mulheres participaram nos Estados Unidos do Congresso em março de 1980, neste evento foi pautada a relação entre o feminismo, a militarização, a saúde e a ecologia.

O ecofeminismo se refere à relação e à totalidade da teoria e prática. Afirme a força especial e integridade de todas as coisas vivas. Para nós, o poleiro deve ser considerado junto com a necessidade de água e de saneamento básico da comunidade. Somos um movimento que se identifica com as mulheres e acreditamos que temos que fazer um trabalho especial nestes momentos de perigo. Considere que a devastação da Terra e seus seres nas mãos de corporações capitalistas que ora ameaçaram a vida pela aniquilação. O ecofeminismo também luta contra a lógica do patriarcado que é a lógica do capital, que domina a natureza e a destrói, fazendo-a mercadoria.

A dimensão étnico-racial não pode ser descontextualizada das discussões de meio ambiente, arte, educação e saúde, historicamente foram as populações negras exploradas que serviram de mercadoria para construir o império capitalista. Ainda presente nas sociedades ocidentais o racismo contra os negros, também acompanha o racismo contra ciganos e os lugares que habitam, segregados como escória, pobres, sofrem a discriminação que é reproduzida nas relações sociais até a contemporaneidade. Pacheco (2016) compreende esse fato como racismo ambiental, "Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua 'raça', origem ou cor".

A abordagem socioambiental fundamenta-se no potencial de saúde para impulsionar uma vida com qualidade, na qual se direciona ao atendimento das necessidades de saúde da população, adotando como principais estratégias as ações políticas, a promoção de espaços saudáveis, o empoderamento dos sujeitos através do conhecimento dos seus direitos enquanto usuários das políticas sociais.

A Política de Saúde no Brasil, situada no contexto do Sistema Único de Saúde, configurou-se com a promulgação da Constituição de 1988, como um direito universal, em analogia e complementaridade a Política de meio ambiente também nos marcos da constituição de 1988 se configurou como um direito e dever de todos. Isto é, saúde, educação, arte e meio ambiente fundamentam a vida social.

O caminho do extensionista não pode ser um caminho de certezas, mas um caminho de descobertas e de olhares múltiplos que são avivados pelas experiências sociais, que reforma a universidade e o pensamento. Esta visão pauta-se em um ensino que se preocupe não só de repassar conteúdos, ou legitimar a educação bancária no dizer de Paulo Freire. Esta proposta pode se tornar um caminho para:

Ensinar a viver a condição humana articulando o estado prosaico e poético de nossa existência; assumir a incerteza, a indeterminação e o acaso; exercitar a auto-ética como pressuposto da ética coletiva, são alguns dos princípios gerais orientadores de uma nova prática educativa. Resta-nos saber como temos exercitado nossa missão de educar para a vida. Certamente transmitimos, por que assim aprendemos, os conteúdos da cultura

tecnocientífica, deixando no esquecimento as narrativas literárias e os ensinamentos dos saberes milenares sobre o mundo físico, a sociedade e a condição humana (ALMEIDA, 2001, p.19).

Todos esses aspectos apresentados recolocam no centro do debate a educação contemporânea da humanidade, o que queremos ser no futuro? Tal indagação reforça a proeminência de um projeto com as propostas e fundamentações até aqui apresentadas, por se compreender a sua relevância para a população, que apesar de todo desenvolvimento tecnológico, de modo específico aqui mencionado, a manipulação e acesso desta às redes sociais, ainda demonstra ser muito carente de conhecimentos respaldados em legislações que fujam dos debates superficiais fomentados no senso comum, os quais ao invés de esclarecerem, tornam, na maioria das vezes, as pessoas cada vez mais apáticas sobre a realidade em que estão inseridas. Os estudos e pesquisas de antropologia rural e ambiental sobre os povos ciganos no Brasil e na América Latina estão a cada dia entrando na agenda das pesquisas dos antropólogos e antropólogas. Essa dimensão epistemológica é acompanhada por uma dimensão política que pode possibilitar a construção de uma pesquisa antropológica e sociológica que inclui o povo cigano na produção de saberes e de ativismos políticos. Como parte desta problematização, situamos algumas categorias socio históricas que perpassam essa pesquisa: identidade e etnicidade cigana, reivindicações por reconhecimento e redistribuição, conflitos socioambientais, justiça ambiental e saúde. Dessa forma, “os conflitos ambientais deverão ser analisados, portanto, simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território” (ACSERALD, 2004, p. 23).

Essas categorias permearão a fundamentação teórica a partir da questão capaz de gerar ações de extensão: onde a ideia é dialogar por círculo de saberes e oficinas na escola e na comunidade, sublinhando a invisibilidade das reivindicações por reconhecimento étnico, por acesso a direitos sociais como saúde, moradia, terra, pela comunidade cigana Calon de Sousa/PB. Partindo dessa ideia de invisibilidade que toca diretamente na questão de seu reconhecimento étnico, como um povo tradicional protegido pela Constituição de 1988, pois,

A partir daí, passamos a nos defrontar com um interesse e uma crescente produção de pesquisas e etnografias que revelam a diversidade de situações experimentadas pelos ciganos em face da sociedade e Estado brasileiro; diversidade esta que é reconhecida pelos próprios ciganos. Como um dos desdobramentos, e considerando o impacto da promulgação da Constituição Federal, em 1988, temos um cenário no qual os ciganos, com a presença do Ministério Público, e nas lutas por reconhecimento identitário, são confrontados com os desafios que envolvem uma agenda nova: os já tradicionais povos indígenas passam a ser ‘acompanhados’ pelos quilombolas e demais, identificados enquanto ‘povos tradicionais’. Em certa medida, aos ciganos se colocam grandes desafios, pois se veem e são vistos a partir de questões e critérios múltiplos (GOLDFARB, BATISTA, 2018, p. 18).

A construção da identidade étnica dos ciganos/as configura-se como um processo coletivo, por isso eles passam a mediar a sua existência no território nacional e local, chamando a atenção dos órgãos públicos na demanda por direitos e políticas públicas e sociais. Com a Constituição Federal de 1988, o Estado atua como protetor e promotor de ações, políticas e garantias de direitos aos povos tradicionais. Sendo o povo cigano, um povo tradicional por meio do Decreto 6040/2007, pois são: “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

A partir das reivindicações por reconhecimento e redistribuição como uma condição pertinente para o acesso as demandas por políticas públicas de saúde, moradia e à terra como um direito de Estado.

3. Visita à Comunidade Cigana Calon/Sousa/PB



Figura 1 – Extensionistas visitam a Comunidade Cigana Calon/Sous/PB/Agosto/2022.

4. Resultados e Discussões

A experiência de participar do projeto de extensão com a comunidade cigana foi enriquecedor, ao mesmo tempo que desmistificou diversos estereótipos sobre os povos tradicionais. Em suma, são pessoas acolhedoras com uma cultura riquíssima e milenar passada de geração para geração, mas que vem sofrendo com os processos de exclusão e preconceito.

Ter essa proximidade com esses sujeitos nos proporcionou um olhar mais amplo, crítico e menos preconceituoso, visto que adentramos nesse ambiente com o conhecimento limitado e o pensamento formado através do que nos foi repassado socialmente, mas no momento em que passamos a compreender e estudar mais profundamente o povo cigano, conseguimos

compreende-los e perceber as suas dificuldades, assim como os seus saberes e sua cultura.

Nas palestras realizadas durante o evento, percebemos a alegria e o amor desse povo por sua cultura, que mesmo com todos os problemas e dificuldades enfrentadas, eles são realizados e não sentem vontade de abandonar suas raízes. A cigana de etnia Calon Marcilania comentou como é difícil a vida da mulher cigana, as dificuldades para conseguir emprego, os impactos do preconceito na inserção delas no mercado de trabalho, bem como mostrou que mesmo diante das adversidades as mulheres ciganas vem conquistando seu espaço, tanto que na comunidade em que ela reside já é possível encontrar diversas mulheres profissionais e atuantes.

Para eternizar esses momentos e compartilhar as experiências e conhecimentos adquiridos, construímos uma cartilha, composta por poemas, relatos, desenhos e imagens que contam um pouco de como foi nosso projeto juntamente com a comunidade cigana, destacando pontos importantes como: saúde, educação e cultura, mostrando as alegrias e dificuldades.

No processo de elaboração, nos dividimos em equipes para realizar as produções de forma coletiva, ficando a divisão mediante a afinidade com a temática, assim participei da elaboração da cartilha sobre a saúde da comunidade cigana.

Por fim, esse projeto foi de grande importância para o processo de formação profissional de todos os discentes que participaram, nos proporcionando novos ares, maior proximidade com os indivíduos que por muitas vezes encontram-se em situação de vulnerabilidade e necessitam de intervenção profissional, além de mostrar uma comunidade que por vezes é esquecida e marginalizada.

5. Conclusões

Ter a oportunidade de participar do projeto extensão sobre a comunidade cigana, foi muito gratificante para mim, acrescentou tanto na minha vida pessoal quanto na acadêmica, pois sempre tive curiosidade e vontade de conhecer e aprender sobre outras culturas. Um momento importante foi visitar a comunidade e ouvir diretamente dos ciganos como é seu dia a dia, seus costumes e suas dificuldades, esse momento vai ficar marcado na minha memória e acredito que na dos meus colegas também, ver a realidade deles e ouvi-los foi crucial pra entender o porque precisamos olhar pra eles e ajudar a valoriza-los.

Outrossim, outro momento que faço questão de destacar foi fazer parte da semana de seminários, que com a união dos demais colegas para apresentamos o que construímos durante o projeto, no qual convidamos ciganos para realizar palestras e criarmos uma roda de conversa, para retirada de duvida dos que participaram. Quero destacar principalmente a participação de Marcilânia que tivemos a honra de conhecer e conversar pessoalmente também, ouvir ela falar com amor sobre sua cultura e seu povo, a forma como ela luta diariamente para que eles sejam reconhecidos e respeitados, foi de tocar o coração.

Agradeço por poder colaborar no projeto com um desenho, que desde o inicio idealizei sendo uma cigana dançando, por eles serem bastante ligados a música,

optei por colocar as cores da bandeira no vestido além de escolher uma música, que inclusive ouvi muitas vezes durante todo o processo de desenhar e pintar. Ademais, colaborar na construção e montagem da cartilha feita com os demais colegas, o que nos uniu em diversos momentos.

6. Referências

- ACSERALD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. **Reforma do Pensamento e Extensão Universitária**. In: Revista Cronos, v.2, n.2. Natal: UFRN, 2001, p. 11-22.
- BATISTA, M e MEDEIROS, J. **Nomadismo e Diáspora**: sugestões para se estudar os ciganos. Revista Antropológicas, [S.l.], v. 26, n. 1 (2015).
- BATISTA, Mércia Rangel; CUNHA, Jamilly. **Os ciganos em Sousa-PB**: Refletindo os modos de ser cigano a partir do atual cenário político brasileiro. Revista Interface de Saberes. V. 1. N. 13. 2013.
- BATISTA, Mércia Rejane Rangel; BENTO, Marciana Ferreira. **Os ciganos Calons na região nordeste: um estudo sobre as demandas por acesso aos direitos**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.
- BRASIL. **LEI ORGÂNICA DE SAÚDE (LOS)**, nº 8080 de 19/09/1990.
- _____. **Política Nacional de Humanização (PNH)**, 2003.
- _____. **Cartilha dos direitos dos usuários da saúde**, 2006.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.
- IASI, Mauro. Educação popular: formação da consciência e luta política. Centro de Estudo, Pesquisa e Ação em Educação Popular. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- GOLDFARB, Mª Patrícia L. **Memória e etnicidade entre os ciganos Calon em Sousa-PB**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- GOLDFARB, M. P. **Os Ciganos**. Galante. Fundação Helio Galvão, nº 02, Vol. 03, Natal, Setembro de 2003.
- GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **DOSSIÊ CIGANOS NO BRASIL**: um exercício de comparação etnográfica. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 7, p. 8-15, jul. / dez. 2018.
- GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Nômades e peregrinos: o passado como elemento identitário entre os ciganos Calons na cidade de Sousa/PB**. Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.
- GOLDFARB, M. P. L. **Ciganos Calon**: a vida em movimento. In: JUBILIT, Liliana Lyra; REI, Fernando

Cardozo Fernandes; GARCEZ, Gabriela Soldano (Eds.). (Org.). Direitos Humanos e Meio Ambiente: Minorias Ambientais. 1 ed. São Paulo: Manole, 2017, v. 1, p. 261-278. (Coleção Ambiental).

LYRA FILHO, Roberto. **Para um direito sem dogmas**. Porto Alegre: S.A, Fabris, 1986.

MORIN, Edgar - **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. São Paulo, 2016.

SHIVA, Vandana. O ecofeminismo, expoentes e posturas críticas. Índia, 1990.

SOUSA, N.; COSTA, A.; FONSECA, LIVIA; BICALHO, M. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão. **Participação**, n. 18, 21 dez. 2011.

THIOLLENT, Michell (org.). **Metodologia para projetos de extensão**: apresentação e discussão. São Carlos: Ufscar, 2008.

Agradecimentos

À Comunidade Cigana Calon de Sousa/PB pelo diálogo de saberes mantido.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.